

A crítica
26/10/97 E-4
101

Desorientação tira pequenos do mercado

Cerca de 80% das populações tradicionais ficam sem acesso a programa de desenvolvimento econômico estimado em R\$ 2,8 milhões

A falta de documentação particular, organizações associativistas e de assistência técnica tem impedido que pelo menos 80% das populações tradicionais do Amazonas tenham acesso ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo (Prodex). Com recursos na ordem de R\$ 2,8 milhões em 1997 para o estado, o Prodex vai atender 350 pessoas, utilizando pouco menos de R\$ 2 milhões.

O diretor do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT), Rafael Pizon Rueda, que coordena o programa, disse que o Amazonas teria condições de apresentar cerca de dois mil projetos ao Prodex não fossem as dificuldades enfrentadas. O conhecimento tradicional extrativista de ribeirinhos, índios e das demais comunidades do interior, segundo Rueda, credencia o estado a se tornar um centro de desenvolvimento da atividade extrativista na Amazônia.

O programa foi avaliado na sexta-feira por técnicos dos órgãos que o coordena e por representantes das comunidades rurais, no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Lançado no ano passado, o Prodex só começou a sair do papel em junho, quando os projetos começaram a ser feitos com a participação das comunidades do interior do estado. No Amazonas, quem coordena o programa é o escritório do CNPT no estado, Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas (Idam), Banco da Amazônia (Basa) e Comissão Executiva da Lavoura Cacaua (Cepac).

Os municípios de Boca do Acre, Carauari, Humaitá, Manicoré e Itacotiara serão os que receberão recursos do Prodex para custeio e investimento da produção. O coordenador do CNPT e do programa no estado, Márcio Lúcio da Silva Reis, disse que esses municípios apresentaram condições necessárias para se habilitarem ao Prodex: agências do Basa mais próximas e associações com mais de seis meses de existência.

Uma comissão formada pelos ór-

gãos responsáveis pelo Prodex foi quem definiu os municípios que serão atendidos. Após a definição, Reis disse que representantes das associações também passaram a compor a comissão que orienta os produtores sobre os passos que devem seguir para se habilitar ao programa (ver quadro), avaliando que culturas poderão ser incentivadas e ajudando-os na formulação do projeto.

Mais eficaz — O diretor do CNPT avalia que falta uma ação mais coordenada entre os órgãos que coordenam o programa e o Governo do estado para dar mais eficácia ao Prodex. A contribuição do Governo, na opinião de Rueda, poderia começar pela disponibilização de pessoal para providenciar a documentação dessas populações. Em Fonte Boa (a 680 quilômetros de Manaus), exemplificou, uma pessoa passa até seis meses para tirar um documento, como o Cadastro de Pessoa Física (CPF) e carteira de identidade — necessários para a habilitação no programa.

Contratar mais técnicos para o Idam e levá-los até as demandas dessa população também foi apontado por Rueda como possível contribuição do Governo. "Assistência técnica é fundamental para desenvolver economicamente a população rural", observa.

Bancos — O consultor da diretoria de Crédito Rural do Basa, Walter Cassiano, disse que a instituição está viabilizando parceria com o Banco do Estado do Amazonas (Bea) para atender mais municípios com recursos do Prodex. Um sistema de ações de crédito regular promovida pelo banco no interior é outra alternativa que Cassiano apresenta para ampliar o número de pessoas atendidas.

Cassiano avalia, entretanto, que o analfabetismo, a falta de apóio técnico e de documentação são problemas que podem comprometer o sucesso do Prodex. "As comunidades têm que buscar as autoridades e exigir que se invista em educação, com apoio tecnológico até a comercialização final do produto", adverte.



Produtores indígenas do Acre beneficiam couro para venda

Populações estão abandonadas

Ribeirinhos, índios, seringueiros fazem parte das populações tradicionais do Amazonas que estão excluídas do sistema econômico brasileiro. O diretor do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT), Rafael Pizon Rueda, denuncia a falta de política de governo estadual e federal para aproveitar o potencial econômico dessas populações.

Vivendo da agricultura de subsistência e sem condições de produzir e competir em qualidade e preço, as populações tradicionais, na opinião de Rueda, estão abandonadas. O conhecimento tradicional do extrativismo, como o dos seringueiros, está se perdendo frente as novas tecnologias e formas de beneficiamento que não estão ao alcance dessas comunidades.

"A globalização está nos engolindo. As pessoas que viviam da troca de mercadorias, não tem condições de competir com a grande indústria, que oferece preços menores e produtos de melhor qualidade", observa.

Municípios como Pauini, Ipiyuna, Envira, além de outros que se estendem pela região dos rios Purus, Juruá e Japurá, continua Rueda, estão em situação de miséria. "Muitas vezes quando chegamos nesses lugares e convocamos as famílias para uma reunião, com o objetivo de discutir os seus problemas, muitas pessoas não vão porque não têm sequer roupas pa-

ra vestir", indigna-se.

Falta, segundo Rueda, que os governos tenham compromisso com a sobrevivência dessas populações e dos seus conhecimentos tradicionais, oferecendo condições para o aproveitamento do seu potencial, principalmente, extrativista.

O governo não está cumprindo nem mesmo o que é garantido por lei, como o oferecimento de assistência técnica gratuita aos produtores que, na avaliação de Rueda, é fundamental para o desenvolvimento econômico e até de sobrevivência das populações extrativistas. O Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas (Idam), revela, não consegue atender todo o interior porque tem um número insuficiente de técnicos.

Para Rueda, o governo não investe em assistência técnica porque não dá voto. "É um investimento que demora até quatro anos para dar resultado. O governo prefere distribuir camisas, cesta de alimentos, que lhe rendem mais votos do que investir na capacitação do produtor, agregar novas técnicas para aumentar a sua produção e torná-la comercializável", avalia o diretor do CNPT.

Não adianta construir hospitais e escolas, acrescenta, sem oferecer condições para que a comunidade desenvolva alternativas de sustentação econômica.

O que é o Prodex

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo foi criado pelo Governo Federal para levar o crédito aos produtores extrativistas e às suas famílias da Amazônia.

O objetivo principal é estimular atividades produtivas que melhorem as condições de vida dos produtores extrativistas para que continuem trabalhando e produzindo em sua própria comunidades.

É direcionado ao mini e pequeno produtor e financia a extração e coleta de produtos florestais, manejo florestal de baixo impacto, sistemas agroflorestais, enriquecimento de espécies com valor econômico e beneficiamento primário da produção extrativista.

O que é necessário para conseguir o empréstimo

Ser filiado a uma associação ou cooperativa de produção formada por mini e pequenos produtores extrativistas, constituída há, pelo menos, seis meses. Morar na localidade onde será aplicado o empréstimo há, pelo menos, um ano.

Depender, para sua sobrevivência e de sua família, da atividade extrativista. Utilizar mão-de-obra familiar no processo produtivo

Ter o título definitivo ou outro documento que comprove a posse mansa e pacífica da área onde desenvolve seu trabalho. Se o produtor ocupar uma reserva extrativista será exigida apresentação de Carta de Anuência do Ibama ou das secretarias estaduais de meio ambiente, caso seja estadual

Ter renda bruta anual retirada das atividades do extrativismo vegetal e das atividades agroflorestais não superior a R\$ 14 mil.

Valor do empréstimo

Custeio (trato de plantas, cortes de seringa, por exemplo): até R\$ 1.000

Investimento (compra de equipamentos, plantio permanente para recuperação de áreas em reservas extrativistas entre outros): até R\$ 7.500

Sistemas Agroflorestais (Safe - preparo de área de mudas, tratamentos culturais, colheita e transporte de produção): até R\$ 9.000

Associações e cooperativas de produção podem solicitar empréstimos de

até R\$ 375.000

Condições de pagamento

O prazo para pagamento do empréstimo para investimento varia de quatro a 12 anos e será pago com um período de carência de um a três anos. Para o Safe, até quatro anos de carência e para custeio até dois anos.

Os custos anuais do empréstimo serão de 5%, somando 20% da taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), na base de 10,15% até agosto de

1997, mais 3% de Del Credere.

As informações podem ser obtidas nas agências do Basa